

REVISTA JURÍDICA. Curitiba, PR: UNICURITIBA, n. 36, 2014. Disponível em:
<<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/issue/view/79>>. Acesso em: 11 jun. 2015.

<u>LA SITUACIÓN LEGISLATIVA ARGENTINA FRENTE A LOS MECANISMOS ALTERNATIVOS DE RESOLUCIÓN DE CONFLICTOS</u>	<u>PDF</u>
<i>Marta G. PARDINE</i>	6-22
<u>APROXIMACIÓN A LOS MECANISMOS PROCESALES PARA LA GARANTÍA DE LOS DERECHOS DE LOS CONSUMIDORES EN LA REGULACIÓN COLOMBIANA. EL ARBITRAJE DE CONSUMO, UNA ALTERNATIVA</u>	<u>PDF</u>
<i>Marcela Rodríguez MEJÍA</i>	23-39
<u>A HISTÓRIA DO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS – DO IVM AO ICMS</u>	<u>PDF</u>
<i>Celina YAMAO</i>	40-53
<u>A UTILIZAÇÃO DO TRABALHO DE ESTAGIÁRIOS SEM A OBEDIÊNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS: REAL APRENDIZADO OU VINCULO EMPREGATÍCIO DISFARÇADO?</u>	<u>PDF</u>
<i>José Ricardo Caetano COSTA, Eder Dion de Paula COSTA</i>	54-83
<u>ÁGUA E CIDADANIA: A PRIVATIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS E OS ATORES SOCIAIS</u>	<u>PDF</u>
<i>Erivaldo CAVALCANTI</i>	84-102
<u>ALIMENTOS TRANSGÊNICOS E O DIREITO DO CONSUMIDOR À INFORMAÇÃO</u>	<u>PDF</u>
<i>Valmir César POZZETTI</i>	103-131
<u>EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: UMA PERSPECTIVA PARA A EDUCAÇÃO DO SÉCULO XXI</u>	<u>PDF</u>
<i>Rita Cristiane Ramacciotti Gusmão SOARES</i>	132-149
<u>DIREITO EDUCACIONAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: PONTOS DE CONTATO</u>	<u>PDF</u>
<i>Ivan Dias da MOTTA, Cássio Marcelo MOCHI</i>	150-176
<u>ÉTICA EMPRESARIAL E FUNÇÃO SOCIAL BUSINESS ETHICS AND SOCIAL FUNCTION OD THE COMPANY</u>	<u>PDF</u>
<i>Yuri Nathan da Costa LANNES</i>	177-193
<u>LIVRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS NO MERCOSUL: ICM, FEDERALISMO FISCAL E A (IM)POSSIBILIDADE DE UM IVA</u>	<u>PDF</u>

NACIONAL NO BRASIL

Juliana Demori de ANDRADE

194-216

MUNDO DA VIDA E SUBSISTEMAS: PRESSUPOSTOS PARA UMA ÉTICA DISCURSIVA DO DIREITO

Luciano Braz da SILVA

217-232

OS COLEGIADOS AMBIENTAIS COMO EXPRESSÃO DO PRINCÍPIO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NO DIREITO BRASILEIRO: O CASO DO CONAMA

Heron José de Santana GORDILHO, Thiago Pires OLIVEIRA

233-261

RESPONSABILIDADE CIVIL DO MÉDICO E CONSENTIMENTO INFORMADO NA VISÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ

Vinicius de Negreiros CALADO

262-289

O PRINCÍPIO DA NÃO AUTOINCRIMINAÇÃO

Leandro Ayres FRANÇA, Maira da Silveira MARQUES

PDF

290-307

SUSTENTABILIDADE SOCIAL E PLANEJAMENTO URBANO SISTÊMICO: DIRETRIZES PRINCIPIOLÓGICAS

Maria da Glória COLUCCI

308-325

INCIDÊNCIA DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AO TERCEIRO SETOR: INSTRUMENTO DE CONTROLE PARA GARANTIA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS – 1ª parte

Mateus Eduardo Siqueira Nunes BERTONCINI, Edinaldo dos Santos COELHO

PDF

326-348

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO INTERNACIONAL DAS EMPRESAS E O TREATY SHOPPING

Rafael BELLAVER, Demetrius Nichele MACEI

PDF

349-372

O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA E SUA APLICAÇÃO JURISPRUDENCIAL

Fernando Martins MARIA SOBRINHO, Fábio André GUARAGNI

PDF

373-421

BANCOS PÚBLICOS COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO

Paulo Sergio DUBENA, Viviane Coêlho de SÉLLOS-KNOERR

PDF

422-458

FUSÃO NA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA: O CASO BRF S.A PARA COMPREENSÃO DA DECISÃO POLÍTICA E SUAS CONSEQUÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS

Gabriela DAL VESCO, Paulo Ricardo OPUSZKA

PDF

459-490